



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE GESTÃO PÚBLICA
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA**

ADRIANO DE SOUSA SILVA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:

**UM ESTUDO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL – SUM, PB).**

**SUMÉ - PB
2018**

ADRIANO DE SOUSA SILVA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:

**UM ESTUDO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL – SUM, PB).**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Professor Dr. Luiz Antônio Coêlho da Silva.

**SUMÉ - PB
2018**

S586e Silva, Adriano de Sousa.

Economia Solidária como política pública: um estudo da Central de Comercialização da Agricultura Familiar da Economia Solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (ECOSOL – SUMÉ, PB). / Adriano de Sousa Silva. - Sumé - PB: [s.n], 2018.

33 f.

Orientador: Professora Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva.

Artigo Científico (TCC) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública.

1. Economia Solidária. 2. Ecosol – Sumé - PB. 3. Agricultura familiar. 4. Casa da economia solidária. I. Silva, Luiz Antônio Coelho da. II. Título.

CDU: 334.73(045)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

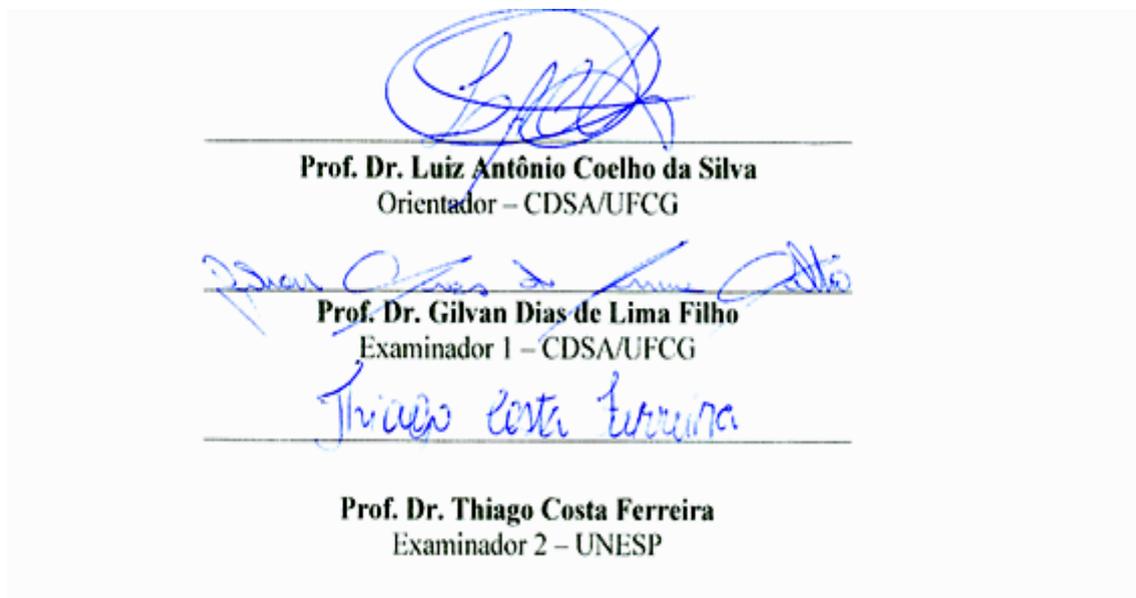
ADRIANO DE SOUSA SILVA

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA:

**UM ESTUDO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO
CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL – SUM, PB).**

Artigo Científico apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão Pública.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Luiz Antônio Coelho da Silva
Orientador – CDSA/UFCG

Prof. Dr. Gilvan Dias de Lima Filho
Examinador 1 – CDSA/UFCG

Prof. Dr. Thiago Costa Ferreira
Examinador 2 – UNESP

Trabalho aprovado em: 19 de dezembro de 2018.

SUMÉ - PB

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral avaliar as fases de formulação e implementação das ações desenvolvidas pela central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (ECOSOL - SUMÉ). Procurando aferir seus objetivos, resultados e impactos econômicos e sociais junto aos ESS atendidos, com base em conceitos de eficiência, eficácia e efetividade. Quanto aos objetivos têm-se: Especificar a finalidade da ação governamental e compará-las com os resultados alcançados; Mapear o perfil dos empreendimentos de economia solidária beneficiados pela política de incentivo, identificando fatores como: localização no estado, número de membros, atividades desenvolvidas, forma de organização, etc.; Apontar áreas em que são cabíveis melhoramentos, e/ou mudanças adequadas a realidade dos EES; e sugerir melhorias para o desenvolvimento destes empreendimentos. A central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba (ECOSOL - Sumé), é uma política pública voltada ao apoio dos empreendimentos sociais solidários, onde podemos concluir no decorrer deste trabalho que este contribuiu com o desenvolvimento e a profissionalização dos seus membros, ofertando acima de tudo o espaço físico, tornando os ESS ainda mais produtivos, criando um ambiente que permita, além de produzir, melhorar sua condição de vida a partir de seu próprio trabalho, de sua própria renda. Como resultados obtidos através desta pesquisa, têm-se que em breve o Ecosol-Sumé, se consolidará como uma política pública de sucesso, e que se permeará ao longo de décadas, e poderá abranger ainda mais empreendimentos da região do Cariri Ocidental Paraibano.

Palavras-chave: ECOSOL-Sumé. Economia Solidária. Empreendimentos. Política Pública. Semiárido.

ABSTRACT

The objective of this work is to evaluate the phases of formulation and implementation of the actions developed by the central commercialization of family agriculture and the solidarity economy of the Western Cariri of Paraíba (ECOSOL - SUMÉ), seeking to assess their objectives, results and economic and social impacts with the ESS services, based on concepts of efficiency, effectiveness and effectiveness. The specific objectives are: To specify the objectives of the governmental action and to compare them with the achieved results; Mapping the profile of solidarity economy ventures benefiting from the incentive policy, identifying factors such as: location in the state, number of members, activities developed, form of organization, etc.; To point out areas in which improvements, and/or changes appropriate to the reality of HEEs are possible; and suggest improvements for the development of these enterprises. The central commercialization of family farming and the solidarity economy of western Paraíba (ECOSOL - Sumé) is a public policy aimed at supporting social enterprises in solidarity, where we can conclude in the course of this work that this contributed to the development and professionalization of its members, offering above all the physical space, making ESS even more productive, creating an environment that allows, in addition to producing, improve their living conditions from their own work, their own income. As a result of this research, Ecosol-Sumé will soon be consolidated as a successful public policy, which will permeate for decades, and that in the future will encompass even more ventures from the region of western Cariri Paraíba.

Keywords: ECOSOL-Sumé. Solidarity economy. Enterprises. Public policy. Semi-arid.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 ENTENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AGRICULTURA FAMILIAR.....	8
2.1 CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA.....	8
2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	10
2.3 CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	11
2.4 DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL.....	12
2.4.1 Constituir-se em um grande e convergente Movimento Nacional com identidade própria.....	12
2.4.2 Buscar alianças com movimentos sociais nacionais próximos da Economia Solidária.....	13
2.4.3 Tornar-se referência para os segmentos de trabalhadores/as da Economia Popular que não se enquadram nas formas de relações de trabalho propriamente capitalista, nem também são ainda solidárias.....	13
2.4.4 Construir o apoio, enquanto direito de cidadania, das políticas e programas governamentais para a Economia Solidária	13
2.5 CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL - SUMÉ)	14
2.6 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL.....	15
2.6.1 Agricultura Familiar e Sustentabilidade	15
3 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS GERAIS.....	16
4 METODOLOGIA	17
5 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL-SUMÉ, PB).....	18
6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	19
7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES	26
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE A – CASA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS PEÇAS	31

1 INTRODUÇÃO

Contemporaneamente, diante dos milhares de trabalhadores excluídos do mercado de trabalho formal, a Economia Solidária surge como uma alternativa para enfrentar o desemprego e a miséria.

Mas não é só isso, a economia solidária se apresenta como um novo modelo econômico que põe o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica e como protagonista de todo o processo produtivo.

Os princípios gerais que norteiam a idéia da economia solidária são: a valorização social do trabalho humano; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, e os valores da cooperação e da solidariedade, um caminho que valoriza os seres humanos, independente da sua cor de pele, sexo, idade, orientação sexual, condição econômica ou cultural.

Diferentemente do que ocorre no sistema capitalista, que considera a geração de riquezas como fim principal da atividade econômica, o sistema solidário está fundado em valores que consideram aspectos culturais, sociais e ambientais, tendo como princípios básicos a solidariedade, a cooperação, a democracia e a valorização do ser humano.

Devido a sua relevância para o desenvolvimento social sustentável, os empreendimentos de economia solidária (ESS) passaram a ser tema recorrente na formulação das políticas públicas pelos governos nas diversas esferas da federação (federal, estadual e municipal). Nesse sentido, surgiu a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba (EcoSol - Sumê) com a finalidade de fornecer aos ESS do cariri, capacitação, assessoramento, além de disponibilizar espaço comum para a comercialização de produtos da agricultura familiar e do artesanato.

Uma vez implementada a política pública, é premente a sua avaliação por meio de mecanismos próprios, a fim de avaliar os seus impactos sob a égide da eficácia, eficiência e efetividade. Além disso, a avaliação proporciona informações que auxiliam na adaptação e reformulação das ações governamentais, subsidiando o gestor no processo decisório.

Esta pesquisa procura conectar duas áreas do conhecimento que ainda estão em desenvolvimento inicial na realidade brasileira: avaliação de políticas públicas e economia solidária. Nesse sentido, esta pesquisa procura responder a seguinte problemática: **Como a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri**

ocidental da Paraíba (ECOSOL-SUMÉ), enquanto política pública voltada para apoio aos empreendimentos de economia solidária, contribui para o desenvolvimento e a profissionalização desses ESS, bem como para a melhoria socioeconômica de seus respectivos membros?

A pesquisa tem como objetivo geral avaliar as fases de formulação e implementação das ações desenvolvidas pela central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba (ECOSOL - SUMÉ) procurando aferir seus objetivos, resultados e impactos econômicos e sociais junto aos ESS atendidos, com base em conceitos de eficiência, eficácia e efetividade.

Dentre os objetivos específicos têm-se: Especificar os objetivos da ação governamental e compará-los com os resultados alcançados; Mapear o perfil dos empreendimentos de economia solidária beneficiados pela política de incentivo, identificando fatores como: localização no estado, número de membros, atividades desenvolvidas, forma de organização, etc.; Apontar áreas em que são cabíveis melhoramentos, e/ou mudanças adequadas a realidade dos EES; e sugerir melhorias para o desenvolvimento destes empreendimentos.

Metodologicamente, este trabalho pode ser classificado como descritivo e exploratório, com análise bibliográfica e documental, através de um estudo de caso feito na central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba (ECOSOL-Sumé), e de natureza qualitativa.

Segundo dados obtidos por meio do mapeamento nacional promovido pelo Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o Brasil contava, em 2013, com 19.708 empreendimentos de economia solidária (EES), estes ESS somavam um total de 1.423.631 membros associados, ou seja, quase um milhão e meio de pessoas tem uma alternativa ao desemprego e à informalidade. Diante disso, observa-se a relevância social da economia solidária no cenário nacional, evidenciando-se a necessidade de melhor compreender esse novo modelo econômico que vem tomando corpo principalmente após a redemocratização do país, na década de 1980, chegando a apresentar um crescimento de 65,1% no número de empreendimentos solidários no período de 2000 a 2013 (IPEA, 2016).

Estudos acerca de economia são recentes no Brasil, o próprio termo “economia solidária” foi usado pela primeira vez só em 1993, no livro “Educação comunitária e economia”, organizado por Moacir Gadotti e Francisco Gutiérrez (ARROYO e SCHUCH, 2006). Diante na natureza ainda incipiente dos estudos sobre o tema, revela-se a necessidade

da construção de um arcabouço teórico sobre a matéria, e é função da academia construir hipóteses, testar teorias, produzir e difundir o conhecimento.

Assim, face a importância da compreensão da dinâmica dos ESS e das múltiplas das políticas públicas, nasceu a ansia pessoal de pesquisador em contribuir para a construção do conhecimento acadêmico sobre a matéria, além da busca por conhecimentos que agreguem mais valor aos EES, e conseqüentemente, ganhos sociais e econômicos a todos os membros dos empreendimentos e a comunidade em geral.

A partir dessa maneira diferenciada de pensar e de “fazer” economia, talvez estejam começando um novo caminho em termos da construção de um mundo mais solidário onde o indivíduo seja o foco principal; longe, portanto, da frieza dos números e dos índices que marcam a economia de mercado.

Portanto, se houver um envolvimento ativo nas ações que moldam a solidariedade, abraçando a Economia Solidária em toda sua amplitude, talvez possamos forçar as mudanças econômicas tão almejadas em prol de um mundo econômico menos agressivo e injusto.

Este trabalho está dividido em: introdução, referencial teórico, metodologia, estudo de caso, análise e discussão dos resultados, conclusão e sugestões, e referências.

2 ENTENDENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA E A AGRICULTURA FAMILIAR

A leitura a seguir irá aprofundar o tema Economia Solidária, com o intuito de demonstrar seus conceitos e contexto histórico, melhorando assim o entendimento sobre EcoSol. Cujo objetivo é criar atividades econômicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores/as, numa perspectiva de desenvolvimento local e de construção de outras relações sociais, emancipadoras e equitativas. Tem por isso uma visão mais multidimensional, que vai para além do econômico, e integra fortemente a educação, a cultura, a ação política para a transformação social.

2.1 CONCEITOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária é outro modo de produção, diferente do capitalista, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2005), a economia popular pode ser definida em três dimensões: econômica, é um jeito de fazer a atividade econômica de produção, oferta de serviços, comercialização, finanças ou consumo baseado na democracia e na cooperação; cultural, é também um jeito de estar no mundo e de consumir (em casa, em eventos ou no trabalho) produtos locais, saudáveis, da Economia Solidária, que não afetem o meio-ambiente, que não tenham transgênicos e nem beneficiem grandes empresas; política, é um movimento social, que luta pela mudança da sociedade, por uma forma diferente de desenvolvimento, que não seja baseado nas grandes empresas nem nos latifúndios com seus proprietários e acionistas, mas sim um desenvolvimento para as pessoas e construída pela população a partir dos valores da solidariedade, da democracia, da cooperação, da preservação ambiental e dos direitos humanos.

Arroyo e Schuch definem economia solidária como:

Economia popular e solidária é aquela que acrescenta o desafio de, também como fator de desenvolvimento, ser germinada, brotada de dentro para fora, de baixo para cima, aberta para o mundo, mas com identidade própria, que possa estabelecer um diálogo em que o eixo é o equilíbrio, a distribuição, a justiça. É a economia que se estabelece a partir da associação, da cooperação, da comunhão, tanto entre indivíduos para a constituição de empreendimentos para obter saltos de competitividade, em estruturas em rede que também podem ser compreendidas como empreendimentos coletivos (ARROYO e SCHUCH, 2006, p. 63).

Diante dos conceitos apresentados, percebe-se que a economia solidária se mostra como um sistema econômico totalmente diferente do sistema capitalista. O capitalismo está baseado em práticas que promovem a competição, a exploração e competitividade, enquanto a economia solidária promove a solidariedade, a cooperação e o desenvolvimento sustentável. A partir disso, pode-se observar o caráter totalmente antagônico do sistema solidário em relação ao capitalismo.

Outro aspecto que diferencia a economia solidária do sistema capitalista é a autogestão, que se contrapõe à heterogestão. A autogestão pode ser entendida como uma administração democrática (SINGER, 2002). Ou seja, quando se pratica a autogestão, todas as decisões são tomadas pelo conjunto de sócios em assembleia. Quando a empresa solidária é de grande porte torna-se mais difícil organizar uma discussão proveitosa, nesses casos, os sócios ou a diretoria (que é eleita pelos sócios) escolhem representantes delegados, os quais decidirão pela coletividade. Nas iniciativas solidárias não existe patrão nem empregados, pois

todos os/as integrantes do empreendimento (associação, cooperativa ou grupo) são ao mesmo tempo trabalhadores e donos, sendo esse um dos fatores primordiais da economia solidária.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para entender melhor o contexto histórico do surgimento da economia solidária é preciso lembrar que a Europa passava pelo processo de Revolução Industrial (século XIX), período marcado pela exploração da classe trabalhadora, jornadas de trabalho excessivas, utilização de mão-de-obra infantil, condições de trabalho insalubres etc. Nesse contexto, surgiram algumas experiências que procuraram valorizar o ser humano e o mutualismo por meio de cooperativas e associações. Pensadores como Saint-Simon (2002), Charles Fourier (2002), Pierre Proudhon (2002) e Robert Owen (2002) foram os precursores e idealizadores de processos econômicos como resultados de articulação solidária.

Em 1817, Owen propôs ao governo britânico que os fundos de sustento dos pobres fossem invertidos na compra de terras e construção de Aldeias Cooperativas, em cada uma das quais viveriam cerca de 1.200 pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo assim a sua própria subsistência (SINGER, 2002).

No Brasil, assim como ocorreu na Europa, a economia solidária surgiu como forma e alternativa e defesa da classe trabalhadora frente às perdas de postos de trabalho provocadas pelo neoliberalismo (ARROYO e SCHUCH, 2006).

Quanto ao conceito de economia solidária sabe-se este é algo que está em construção e apresenta várias concepções. O que nos dias de hoje denomina-se por economia solidária “ficou por décadas imerso, sob títulos como autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular” (LECHART, 2005). De tal modo que ainda hoje não foi possível reunir consenso quanto ao termo para designar esta realidade emergente, “existindo quase tantos conceitos possíveis como acadêmicos dispostos a teorizar esta matéria” (GUERRA, 2007). No entanto, tem patente certas acepções, nomeadamente a idéia da solidariedade, da autogestão dos empreendimentos – onde todos os que trabalham na empresa participam de sua gestão de forma participativa e todos os que participam da gestão trabalham na empresa em diferentes funções com a não exploração do trabalho (VEIGA, 2004)

2.3 CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Como características da economia solidária podemos citar a Cooperação, que é a existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de produção, comercialização e consumo; grupos informais produtivos de segmentos específicos; clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares.

Na Autogestão, destaca-se que os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses etc. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação.

A dimensão econômica é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.

E por fim a solidariedade, onde o caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Apesar das diversidades de origem e da dinâmica cultural, os princípios da economia solidária convergem na valorização do trabalho humano, a satisfação plena de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica, o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade, a busca de

uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza, o ser humano é o sujeito de finalidade da atividade econômica, busca a unidade entre produção e reprodução, a solidariedade dos povos, valores de associativismo e cooperativismo, desenvolvimento sustentável e integrado da sociedade e geração de emprego e renda.

2.4 DESAFIOS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Ainda que tenha havido avanços na redução da desigualdade no Brasil, este continua sendo um dos principais problemas do país. Com a recuperação de uma economia estagnada havia duas décadas, o desafio da inclusão social é algo que se impõe e o papel da sociedade civil será determinante nesse processo. E, dado o recente histórico das experiências realizadas na área social, há muitas possibilidades que podem e devem ser exploradas e potencializadas para gerar trabalho e renda nos segmentos excluídos da população.

Arroyo e Schuch (2006) apresentam quatro principais desafios da economia solidária no Brasil:

2.4.1 Constituir-se em um grande e convergente Movimento Nacional com identidade própria

Avolumam-se, cada vez mais as diferentes práticas que, sob nomes diversos, propõem-se a integrar um movimento de identidade que supere o isolamento em que a maioria está confinada. Romper o isolamento, buscar visibilidade e avançar na identidade do movimento da Economia Solidária são tarefas que exigem, entre outros esforços, criar e/ou aproveitar as experiências de articulações, redes e fóruns em curso.

2.4.2 Buscar alianças com movimentos sociais nacionais próximos da Economia Solidária

As lutas sociais no Brasil vêm sendo cada vez mais assumidas por segmentos sociais que se instituem e avançam com autonomia própria dos movimentos sociais, com dinâmicas diferenciadas, cujas agendas se unificam em momentos próprios de lutas gerais. Essa aproximação só viria fortalecer a perspectiva de reforço de nossa identidade, enquanto um movimento que é aliado (com sua contribuição específica) de outros movimentos.

2.4.3 Tornar-se referência para os segmentos de trabalhadores/as da Economia Popular que não se enquadram nas formas de relações de trabalho propriamente capitalista, nem também são ainda solidárias

As diferentes formas não capitalistas de trabalho humano, forjadas, em grande parte, pela exclusão de trabalhadores, seja do emprego formal, seja da cadeia produtiva capitalista, tem garantido, de forma precária a sobrevivência desses segmentos. Aí estão as iniciativas urbanas e rurais de atividades familiares, de fundo de quintal, de comercialização ambulante, de serviços, grande parte do mundo da informalidade, das microunidades de produção, artesanato etc.

2.4.4 Construir o apoio, enquanto direito de cidadania, das políticas e programas governamentais para a Economia Solidária

Trata-se de atuar neste contexto favorável, da existência de um governo federal com experiências de políticas públicas em dezenas de municípios e alguns governos estaduais, para afirmar o Movimento da Economia Solidária como um movimento propositivo.

Quando analisada a realidade prática dos empreendimentos econômicos solidários (EES) no Brasil, segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária - SIES (2013), os três principais desafios apontados pelos 19.708 empreendimentos

cadastrados são¹: viabilizar economicamente o empreendimento, 14.503 dos EES; gerar renda adequada aos sócios, 13.108 dos EES; efetivar a participação e a autogestão, dentro de uma política pública.

2.5 CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL - SUMÉ)

A implantação da Casa de Economia Solidária na cidade de Sumé, região do Cariri Ocidental da Paraíba, visa oportunizar um espaço que, dentre outras finalidades promove o desenvolvimento das atividades de formação e organização de trabalhadores dos empreendimentos de Economia Solidária (EES). Comercializar os produtos regionais destes empreendimentos; realizar reuniões, oficinas, seminários e outros eventos voltados à Economia Solidária; abrigar nas suas dependências as várias iniciativas e projetos voltados ao fortalecimento da Economia Solidária promovendo a sua integração; promover atividades de incubação de empreendimentos solidários; fortalecer as redes de comercialização dos produtos da Economia Solidária; construir quadro técnico e infraestrutura nas administrações locais com condições de fomentar a expansão da Economia Solidária.

A casa de ECOSOL no Cariri é fruto do Projeto Ações Integradas para a Economia Solidária na Paraíba, parceria esta formada entre Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Governo Estadual, através da Secretaria Executiva de Segurança Alimentar e Economia Solidária, a qual é ligada a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Humano. Além disso, ocorrem parcerias locais da Prefeitura Municipal de Sumé, Fórum Estadual de Economia Solidária e Incubadora de Empreendimentos Solidários da Universidade Federal da Paraíba.

Na Casa de ECOSOL do Cariri Ocidental podem-se encontrar diversos produtos artesanais, tais produtos são fruto do trabalho realizado por artesãos, agricultores e apicultores

¹Múltiplas escolhas possíveis por empreendimento, sendo: viabilizar economicamente o empreendimento; gerar renda adequada aos sócios; garantir proteção social (previdência, assistência e saúde) para os sócios; efetivar a participação e a autogestão; alcançar a conscientização e a politização dos sócios; alcançar maior conscientização ambiental dos sócios; promover a articulação com outros empreendimentos e com o movimento de economia solidária; manter a união do grupo/coletivo; outro.

advindos de Sumé e região para compor a Central de Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – Casa de ECOSOL/ ECOPARAÍBA – Cariri Ocidental.

2.6 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

Ainda que seja uma atividade muito importante para o sustento de diversas famílias que vivem na zona rural, dados apontam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar. Vale frisar que, nesse processo, técnicas de cultivo e extrativismo que englobam práticas tradicionais e conhecimento popular estão presentes.

Além disso, as famílias vivem da venda de produtos que plantam. Portanto, a agricultura é uma importante fonte de renda familiar, a qual surge do trabalho em equipe realizado no campo. A agricultura familiar colabora para a geração de renda e emprego no campo e ainda, melhora o nível de sustentabilidade das atividades no setor agrícola. Sendo assim, a qualidade dos produtos é superior aos outros convencionais.

2.6.1 Agricultura Familiar e Sustentabilidade

Visto priorizar práticas tradicionais de cultivo e de baixo impacto ambiental, a agricultura familiar tem sido grande aliada da sustentabilidade e da responsabilidade socioambiental. De tal modo, ela adota práticas de cultivo mais sustentáveis com a produção de alimentos orgânicos.

No entanto, o avanço da mecanização tem sido um agravante para o meio ambiente, as populações e ainda, a fauna e flora do local. O uso de agrotóxicos e o desmatamento para o cultivo de produtos (como a soja, por exemplo) tem causado grande impacto ambiental em diversos ecossistemas. Poluição, empobrecimento do solo e desertificação tem sido gerado pelo sistema atual do agronegócio. Aos poucos, ele tem dominado o cenário de agricultura no país e desestabilizando e afetando diretamente o ambiente.

Portanto, programas e projetos do governo têm sido primordiais para atuar na resistência das famílias colaborando com a qualidade de vida dessas pessoas, e sobretudo dos produtos cultivados em menor escala.

Destacam-se o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Garantia Safra.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS: ASPECTOS GERAIS

Devido ao surgimento nas últimas décadas da importância do campo de conhecimento denominado políticas públicas, destaca-se em conformidade que vários são fatores que contribuíram para a maior visibilidade desta área. Nessa perspectiva, Souza (2006) define política pública como sendo o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

[...] A intervenção do governo ocorre pelas políticas públicas. Apenas o governo pode implementá-las porque possui capacidade de universalização, coerção e regulamentação e pode adotar medidas com caráter universal que atenda a todo o povo ou de forma generalizada tenha maior alcance. O governo também pode estabelecer penalidades para quem não cumpre aquelas demandas e pode estabelecer regras que devem ser cumpridas pela sociedade. SILVA (2012, p. 22).

Nesse contexto, o pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes.

Dessa forma, constata-se que a avaliação deve proporcionar informação que seja crível e útil para permitir a incorporação da experiência adquirida no processo de tomada de decisão. Assim, esta deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas (ALA-HARJA e HELGASON, 2000).

Nesta mesma linha de pensamento Klaus Frey destaca a importância da avaliação de políticas públicas para orientar a ação dos governos:

A avaliação ou controle de impacto pode, no caso de os objetivos do programa terem sido alcançados, levar ou à suspensão ou ao fim do ciclo político, ou, caso contrário, à iniciação de um novo ciclo, ou seja, a uma nova fase de percepção e definição e à elaboração de um novo programa político ou à modificação do programa anterior. Com isso, a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública (FREY, 2000, p. 18-19).

Assim, percebe-se que a avaliação de políticas públicas é elemento chave na administração pública uma vez que fornece elementos que auxiliam no processo decisório, podendo, em cada caso, significar a extinção do programa governo, sua adaptação ou prosseguimento das ações, dependendo dos resultados apresentado por meio de preestabelecidos.

Neste sentido, corrobora o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016):

Independentemente da qualidade da análise e do planejamento realizado, na execução da política pública, deve-se monitorar e avaliar a intervenção para garantir que sejam alcançados os impactos esperados sobre o problema identificado. É importante que o monitoramento, a avaliação e o controle posteriores sejam elaborados e planejados antes da implementação da política pública, com a definição de quais indicadores e ações serão necessários, quem serão os responsáveis e quando e como essas ações serão desenvolvidas e seus resultados comunicados (IPEA, 2016, p. 14).

Portanto, destaca-se a importância da avaliação de políticas para aferir os impactos das ações governamentais. Cabe destacar também que os métodos utilizados devem ser planejados antes mesmo da implementação da política, de forma que a etapa de implementação esteja sempre conectada com a avaliação, permitindo que ajustes sejam feitos a qualquer tempo, como veremos descritos na metodologia.

4 METODOLOGIA

A metodologia deste estudo pode ser considerada de cunho qualitativo, descritivo, exploratório, bibliográfico, documental e estudo de caso, com base nos dados do Centro Público Estadual de Economia Solidária, nos projetos desenvolvidos, os benefícios trazidos aos seus cooperados, e através de literatura da esfera a ser estudada.

Metodologicamente, o trabalho utiliza em sua análise bibliográfica obras de autores indispensáveis para entender a dinâmica da economia solidária e que contribuíram de forma significativa para desenvolvimento de seu arcabouço teórico, dentre os quais pode-se destacar: Paul Singer (2002), João Cláudio Tupinambá Arroyo (2006), Flávio Camargo Schuch (2006) e Luiz Inácio Gaiger (2003), etc. Também foram utilizados textos de autores consagrados na área de políticas públicas, com destaque para Celina Souza (2006) e Klaus Frey (2000), além da análise bibliográfica, será promovida uma análise documental sobre o tema.

Para a coleta de dados gerais sobre os ESS, foi utilizado o Atlas da Economia Solidária (2013), uma plataforma *online* disponibilizada pelo Projeto Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o qual foi desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (Grupo Ecosol), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), em convênio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A base de dados do construída pelo SIES, por meio de mapeamento nacional de EES, que permite ver os dados coletados na pesquisa, disponibilizada em mapas, gráficos e tabelas. Os dados acerca dos impactos das ações desenvolvidas no EcoSol-Sumé serão obtidos por meio de descrições e com pesquisa exploratória, através de um estudo de caso.

5 ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UM ESTUDO DA CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA DO CARIRI OCIDENTAL DA PARAÍBA (ECOSOL- SUMÉ, PB)

Atualmente é possível perceber um contexto de recuperação da importância da presença do Estado nas sociedades contemporâneas, onde governos têm adotado políticas públicas de desenvolvimento local com foco na geração de trabalho e renda para a população, especialmente no âmbito municipal. Tais estratégias de gestão local vêm adotando os conceitos de economia solidária no combate ao desemprego e proporcionando a construção de organizações autogestionáveis, baseadas na cooperação e na valorização dos conceitos de democracia, participação e cidadania. Para implantação destas políticas públicas, novas formas de organização social têm surgido e se desenvolvido, com particular destaque para as redes que envolvem o setor público, as universidades, a sociedade civil organizada e os empreendimentos econômicos solidários.

Implantado em dezembro de 2017 pelo Governo do Estado da Paraíba, central de comercialização da agricultura familiar e da Economia solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (Ecosol - Sumé), em Sumé, o EcoParaíba é um espaço multifuncional que agrupa a capacitação, assessoramento e comercialização de produtos da agricultura e do artesanato do cariri paraibano. O ambiente contempla também balcões de negócios da economia solidária, *stands* de vendas da agricultura familiar de base agroecológica e outros produtos.

O EcoParaíba se localiza na Cidade de Sumé – PB, com população, estimada no último CENSO do IBGE, de 16.072 habitantes, localizado no semiárido do Cariri paraibano, há 264 km da capital João Pessoa. Na cidade esta localizado um campus da Universidade Federal de Campina Grande, o Centro de Desenvolvimento sustentável do semiárido.

Os beneficiados da EcoParaíba têm à disposição assessoramento técnico, formação, organização e comercialização de produtos regionais de artesanato e feiras da agricultura familiar com produtos agroecológicos da região e incubação de empreendimentos solidários.

6 ANÁLISE E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Nesta seção foram expostas as análises, obtidas durante a construção deste trabalho, visando por fim responder a problemática central deste trabalho, lembrando, a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da paraíba (Ecosol - Sumé), como política pública voltada para apoio aos empreendimentos de economia solidária (ESS), contribui, de fato, para o desenvolvimento e profissionalização desses ESS, bem como para melhoria socioeconômica de seus respectivos membros?

Dentro dos parâmetros que se realizou esta pesquisa, pode-se atentar ao fato de que como política pública, a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba, encontra-se em seu estágio inicial, o que não nos permite uma análise completa, mas sim do que tem promovido até o presente momento.

Frey (2000) acredita que na análise de políticas públicas em países em desenvolvimento é preciso considerar que o instrumento analítico-conceitual é deficitário, uma vez que foi elaborado nos países industrializados e, desta forma, ajustado as particularidades das democracias mais consolidadas.

Diante dos resultados, acerca desta pesquisa exploratória, observou-se que o Ecosol Sumé, tem sido fator principal para o desenvolvimento e profissionalização dos ESS, através de ações realizadas dentro da casa da economia solidária, com maior destaque para formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária).

Para Silva e Bassi (2012), o papel do estado é tornar equitativas as oportunidades a fim de amadurecer a soberania e o processo de desenvolvimento nacional. Eles ainda afirmam que: o desafio de amadurecimento do estado brasileiro depende de governos e políticas

públicas inovadoras que permitam a inclusão da população na condição de cidadão digno e capaz de tomar suas decisões e contribuir para o desenvolvimento nacional.

A EcoParaíba possui 15 (quinze) grupos de artesãos, agricultores e apicultores atendidos, gerando emprego e renda para aproximadamente 520 (quinhentas e vinte) pessoas direta e indiretamente dos municípios do Camalaú, Congo, Monteiro, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, Sumé e Zabelê, na Paraíba. A central, que é gerida pela Secretaria Executiva da Segurança Alimentar e Economia Solidária, tem parceria com a Universidade Federal de Campina Grande, prefeituras de Sumé e São José dos Cordeiros, projeto Cooperar, Procase, além do Conselho Municipal de Cultura e Associação Cultural, ambas de Zabelê.

Os grupos que compõem a Central Comercialização da Agricultura Familiar e da Economia Solidária – Casa de ECOSOL/ ECOPARAÍBA – Cariri Ocidental, são: Arte Pesca (mulheres pescadoras), Conselho das Associações Cooperativas – ² CONARENDA, associação de pescadoras de Camalaú – AGRIPESCA, Grupo de Mulheres – Produtoras de Vassouras com garrafa Pet, Associação de apicultores de São José dos Cordeiros, Associação rural beneficente de terra vermelha, Associação dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais da agropecuária agroecológica de Sumé e região, Indústria de beneficiamento de frutas SUMEFRUTYS - Unidade Familiar.

Quadro 1 - Grupos e associações na ECOSOL – Sumé/PB

GRUPO / ASSOCIAÇÃO	PRODUTOS	MUNICÍPIOS
Arte Pesca (mulheres pescadoras).	Artesanato com escamas de peixe	Sumé
Conselho das Associações, Cooperativas, Empresas e Entidades Vinculadas A Renda Renascença do Cariri Paraibano- CONARENDA. Obs.: Este conselho tornou-se uma rede dos grupos da Renda Renascença, onde 08 associações/cooperativas de Renda Renascença fazem parte.	Diversos produtos a Renda Renascença (Cama, mesa, vestuário)	São João do Tigre Zabelê Monteiro Camalaú
Associação de Pescadoras de Camalaú – AGRIPESCA	Artesanato com escamas de peixe. File de Tilapia e de traíra	Sumé
Grupo de Mulheres – Produtoras de Vassouras com garrafa Pet.	Vassouras com garrafa Pet.	Congo
Associação de Apicultores de São José dos Cordeiros.	Mel	São José dos Cordeiros
Associação Rural Beneficente de Terra Vermelha.	Queijo e derivados de frutas.	Sumé
Associação dos agricultores familiares e pequenos produtores rurais da agropecuária agroecológica de Sumé e região/ Indústria de beneficiamento de frutas SUMEFRUTYS (Unidade Familiar)	Polpas de frutas nativas e sucos detox.	Sumé
Grupo de artesanato Arte Vida.	Habilidades manuais, bonecas de pano e crochê.	Sumé

Fonte: Banco de dados ECOSOL – SUMÉ (2018).

Esses grupos dividem o espaço da casa da economia solidária do Cariri Ocidental da Paraíba, de forma intercalada, onde todos os membros componentes fazem parte do seu funcionamento.

Para Singer (2000), um dos grandes desafios da autogestão é a superação da descrença generalizada na capacidade de ‘meros trabalhadores de gerirem com eficiência em todo o processo produtivo.

A existência da central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do Cariri Ocidental da Paraíba (ECOSOL - SUMÉ), além de agregar valor aos ESS, tem como viés acabar com o papel dos intermediários, e ligar diretamente o consumidor ao produtor, além de distanciar os produtores dos canais de comunicação inadequados, e cria o espaço físico para as suas mercadorias.

Outro viés abordado pelo Ecosol – Sumé, são as participações em eventos públicos, feiras e eventos, pois acaba por gerar um marketing positivo, e acima de tudo é uma forma eficiente de demonstrar os produtos que estão disponíveis na sua Central de comercialização.

No que compete em participações em feiras, para Pereira (2009, p. 42.):

No que cerne a participação de eventos públicos e feiras: é recomendável que os grupos disponham a participar de eventos públicos e feiras de comercialização como estágio de processo de aprendizagem, no que se refere a comercialização, Marketing e de geração de receita.

Esses 15 (quinze) Empreendimentos Sociais Solidários, desenvolvem as mais diversas atividades, com uma ampla gama de produtos comercializados dentro e fora das dependências da central de comercialização, sempre agregando valores e conhecimento no que diz respeito a economia solidária e auto-gestão. Em Albuquerque (2003, p. 20), encontramos:

[...] o conjunto de práticas sociais que se caracteriza pela natureza democrática das tomadas de decisão, que propicia a autonomia de um "coletivo". É um exercício de poder compartilhado, que qualifica as relações sociais de cooperação entre pessoas e/ou grupos, independentemente do tipo das estruturas organizativas ou das atividades, por expressarem intencionalmente relações sociais mais horizontais.

A autogestão subtende a existência de autonomia e capacitação para a administração coletiva pelos atores sociais do negócio, sem dependência de entes governamentais, com a partilha do poder e o controle da vida do empreendimento solidário pelos seus membros (ANTEAG, 2005).

Os ESS participantes da Ecosol – Sumé, atuam em diversas áreas, que vão desde a produção de vassouras com garrafas pet, do grupo de mulheres do Congo, até o cultivo da apicultura, pela associação de apicultores de São José dos Cordeiros.

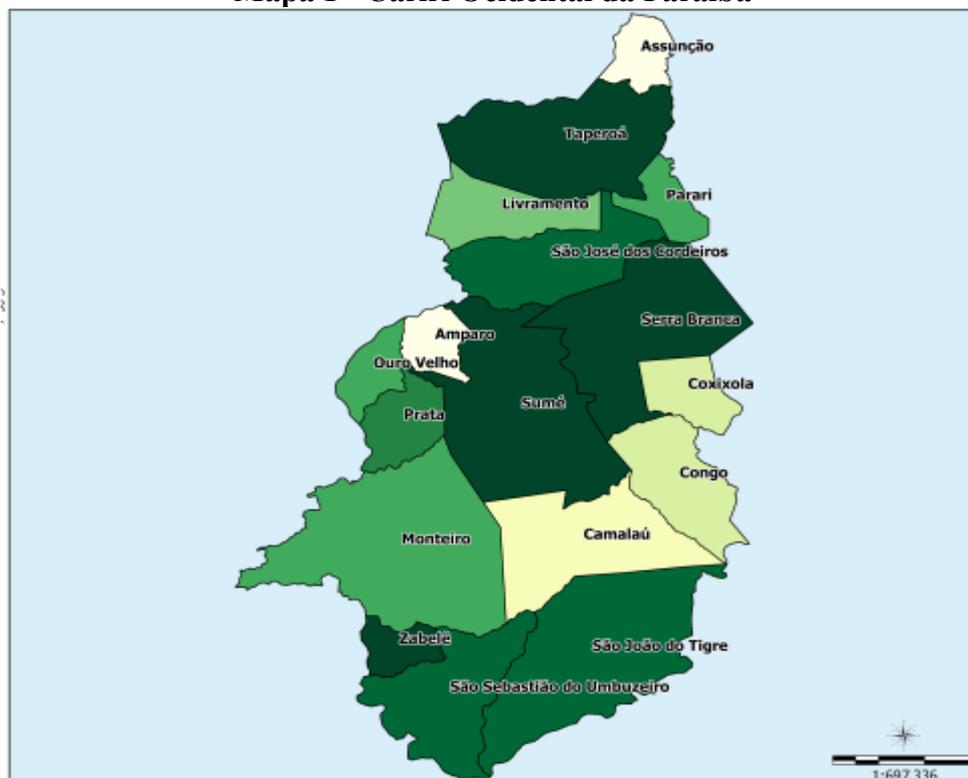
Com a Ampla diversidade do Ecosol – Sumé, na área do cariri paraibano, podemos destacar a interação entre pequenos grupos que praticam a economia solidária, como a arte e

pesca, localizada na cidade de Sumé. Com um grupo de maior porte como a CONARENDA, que abrange várias cooperativas e associações, o que gera uma troca de saberes, e que agrega conhecimento acerca da autogestão.

Cumprir notar que a autogestão é o contrário da administração capitalista de empresas. Enquanto nestas o objetivo maior é maximizar o lucro, de acordo com o interesse dos detentores do capital, aquela tem por objetivo o bem-estar dos produtores, enquanto fundadores, operadores e proprietários da empresa. A autogestão se baseia na administração coletiva dos produtores, cada sócio tendo um voto nas assembleias em que o destino do empreendimento é debatido e decisões sobre todos os problemas são tomadas (ITCP-USP,2007).

Ainda no que tange a autogestão, podemos observar a quantidade de ESS beneficiados pelo Ecosol – Sumé, assim como a pluralidade de cidades que abrigam os empreendimentos sociais solidários, municípios esses que estão localizados na microrregião do cariri ocidental da Paraíba, como podemos observar no mapa a seguir:

Mapa 1 - Cariri Ocidental da Paraíba



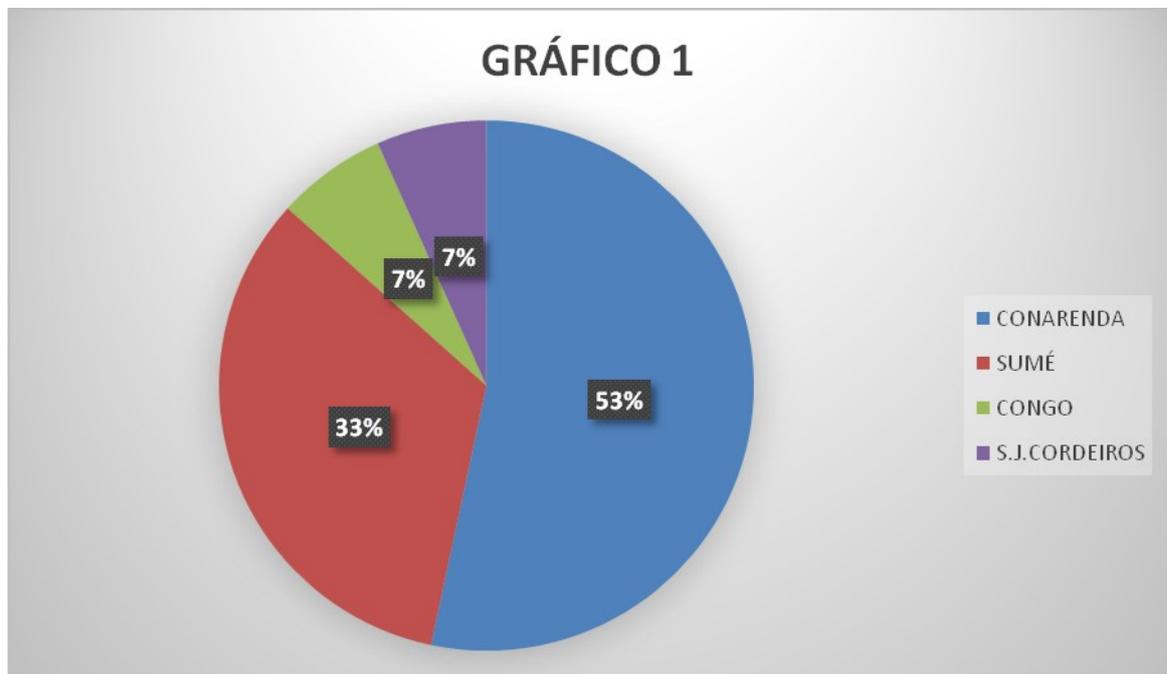
Fonte: IBGE (2018).

Segundo o IBGE (2015), o Cariri Ocidental é uma microrregião do estado da Paraíba composta por 17 municípios que se localiza na mesorregião da Borborema, em plena “diagonal seca”, com população estimada em 127.274 habitantes, onde se observam os

menores índices de precipitação pluviométrica do semi-árido brasileiro, com uma área de aproximadamente 6.983,601Km², e com uma densidade populacional de aproximadamente 17,4 hab./Km². Desses dezessete municípios, sete são contemplados pelas ações do Ecosol – Sumé.

Basta correlacionarmos essa situação ecológica altamente adversa a alguns indicadores sociais da microrregião – o índice de desenvolvimento humano (IDH) mais elevado das 17 cidades é de 0,641– para termos um indicativo da condição de extrema pobreza do Cariri Ocidental paraibano. O que implica numa alta taxa de empregos informais, o que propicia a prática dos empreendimentos sociais solidários.

Gráfico 1 - Associações que compõem a ECOSOL - Sumé



Fonte: Banco de dados Ecosol – Sumé (2018).

Como pode ser observado, a CONARENDA tem a maior parte das associações que compõem o Ecosol – Sumé, mas levando em consideração que os ESS advindos da CONARENDA, são provenientes de quatro municípios, sendo eles: Camalaú, Monteiro, São João do tigre e Zabelê, na Paraíba. Em seguida Congo e São José dos Cordeiros com uma cada, a cidade de Sumé com 05 (cinco) empreendimentos econômicos solidários, o que em tese mostra a força da economia solidária na cidade e na região, e isso foi um dos fatores principais para a implementação da central de comercialização da agricultura familiar e

economia solidária do cariri ocidental paraibano, na busca de qualificação para os ESS dessa região.

Segundo o (ITCP – USP, 2007), [...] a identificação, busca e gerenciamento de todos os recursos necessários a vida do empreendimento, incluindo a organização do trabalho, a escolha da atividade econômica, a própria viabilidade econômica, o processo de tomada de decisões, o fluxo de informações, a comercialização, a busca de insumos necessários ao trabalho, o planejamento e a prestação de contas.

Para Fraga (2011), [...] há uma percepção que a economia solidária, seguindo o exemplo, em termos de como desenvolvimento sustentável ou educação popular, tornou-se um ‘guarda-chuva’ acolhedor de ideias, e principalmente, práticas muito distintas com viés solidário.

De forma geral Gaiger (2004) diz que experiências econômicas, num formato organizacional pautado pela cooperação, diferenciadas das empresas capitalistas, não são um fenômeno novo, pois há o campo de geração de renda dentro de uma perspectiva solidária que apresenta uma renovação e revitalização significativa, ampliando-se sistematicamente atualmente. Pode-se afirmar que o movimento da economia solidária tem processos, dinâmicas e espaços de atenção que lhes são próprios.

Utiliza-se para divulgação dos produtos as redes sociais, onde segundo Tumaél (2005), pode-se acrescentar que “é uma estrutura não linear, descentralizada, flexível, dinâmica, sem limites definidos e auto-organizável, [que] estabelece-se por relações horizontais de cooperação”. Ou seja, as redes abrangem muitos motivos para cooperação e melhoria dos processos.

Os grupos que se interessarem em participar da Casa devem se apresentar nos dias de reuniões do Conselho Gestor, uma vez ao mês, para que o mesmo avalie o pedido de participação.

O Ecosol – Sumé ainda dispõe de serviços de assessoria técnica contábil, que ajuda no monitoramento da “saúde” financeira dos empreendimentos econômicos solidários, assessoria jurídica, para dar suporte as suas respectivas áreas, assessoria a comercialização que é fundamental em ações de pesquisas dinâmicas de mercado e de tomada de preço, e *design*, para melhorar a estética, e propaganda dos produtos ofertados pelos ESS. A central também promove feiras durante eventos e épocas festivas na região e também na capital.

Programas sociais como a Casa da Economia Solidária tem grande valor social, pois promove a inclusão social, mas também trás a tona todo o potencial da economia informal, agregando valor e conhecimento para aqueles que procuram essa vertente da econômica, que

se diferencia pelo seu viés social, que valoriza o trabalhador, diferentemente da economia privada. Outro ponto chave da economia solidária é a prática da autogestão, o que acarreta numa maior transparência perante seus rendimentos.

7 CONCLUSÃO E SUGESTÕES

Partindo da premissa que a central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do Cariri Ocidental da Paraíba, localizada em Sumé-PB, é uma política pública voltada ao apoio dos empreendimentos sociais solidários. Onde podemos concluir que no decorrer deste trabalho que o (Ecosol – Sumé), contribuiu com o desenvolvimento e a profissionalização dos seus membros, ofertando acima de tudo o espaço físico, tornando os ESS ainda mais produtivos e criando um ambiente que permita, além de produzir, melhorar sua condição de vida a partir de seu próprio trabalho, de sua própria renda.

Com o investimento necessário, se consegue garantir o crescimento constante e maior estrutura de desenvolvimento para um processo econômico, menos agressivo do que o método capitalista, que visa apenas o lucro, que vai de contramão com os da economia solidária, cujo o objetivo é criar atividades econômicas sustentáveis, geridas na base da cooperação entre os seus trabalhadores/as, numa perspectiva de desenvolvimento local e de construção de outras relações sociais, emancipadoras e equitativas. Tem por isso uma visão mais multidimensional, que vai para além do econômico, e integra fortemente a educação, a cultura, a ação política para a transformação social.

Como podemos observar o Ecosol – Sumé é composto de 15 (quinze) empreendimentos econômicos solidários, de sete municípios do cariri ocidental paraibano quais tem forte práticas de economia solidária. A cidade de Sumé abriga 05 (cinco) desses ESS ligados a central de comercialização, e isso equivale a aproximadamente 33,3% dos ESS vinculados ao Ecosol – Sumé.

Todos os ESS contemplados pelas ações do centro se localizam na parte ocidental do cariri paraibano, que em sua maioria são municípios de pequeno porte, com exceção da cidades de Monteiro e Sumé, que se destacam pela sua densidade populacional, entretanto,

que o fator principal para o Ecosol – Sumé, são as atividades dos ESS, e não a massa populacional das cidades onde estão localizadas.

A central de comercialização da agricultura familiar e da economia solidária do cariri ocidental da Paraíba, conta aproximadamente, com um total de 520 (quinhentos e vinte) membros, que compõem as quinze associações e cooperativas que são beneficiadas pelo Ecosol – Sumé.

O Ecosol–Sumé propicia aos cooperados, atividades de livre comércio e autogestionárias, auxiliando os ESS de forma direta e indireta, para que possam expor seus produtos de maneira em que todos se mantenham em igualdade. No funcionamento do Ecosol – Sumé, da segunda – feira até o sábado, ocorre um rodízio dos membros, que de forma intercalada, assumem as atividades rotineiras no decorrer do funcionamento da central de comercialização e das mercadorias de todos os ESS, sempre sendo auxiliados pela gerente da Ecosol – Sumé, no intuito de superar quaisquer dificuldades que possam se apresentar no decorrer das atividades.

Segundo ITCP – USP (2007), estas dificuldades autogestionárias são provocadas por questões políticas, econômicas, jurídicas e outras que dificultam o seu desenvolvimento. Além dessa dificuldade externa, existe ainda a interna, que é a organização da gestão e da produção cooperativa.

Ainda no que tange a forma de organização, a casa Ecosol – Sumé, constituiu um conselho gestor, onde representantes dos grupos componentes fazem parte, Conselho esse que elegeu de forma democrática uma gerente, para que, a mesma se faça presente na tomada de decisões acerca dos assuntos relacionados aos membros e as atividades desenvolvidas em conjunto pelas associações/cooperativas, que constituem o espaço da central de comercialização, como na montagem e monitoramento das escalas de pessoal, e demais atividades.

Para o núcleo de gestão (ITCP-USP 2007), para que a autogestão se efetive as associações/cooperativas não devem seguir as regras e o modelo tradicional de gestão, pois elas foram pensadas para gestão organizada de maneira centralizada.

Estando em consonância com o a incubadora tecnológica (ITCP-USP, 2007), a proposta da economia solidária é criar e desenvolver novas formas de relações no mundo do trabalho, procurando valorizar sempre a pessoa do trabalhador como sujeito do seu próprio destino e agente capaz de realizar transformações no seu ambiente.

O presente estudo nos propiciou um entendimento aprofundado sobre o Ecosol-Sumé, e dentro das prerrogativas do contexto, foi possível explicitar uma vertente cabível de melhorias, no que diz respeito ao uso das mídias sociais.

Ao fazer o uso apropriado das mídias sociais, o Ecosol-Sumé, pode alcançar um público muito maior, o que geraria uma maior exposição dos produtos e serviços oferecidos pelo mesmo, o que impactaria de forma positiva no que diz respeito a geração de renda e sustentabilidade do ESS abrangidos pela política pública, e conseqüentemente, valorizando os membros, e elevando a sua auto-estima.

Quanto as sugestões para os ESS, assim como para a central de comercialização da agricultura familiar e economia solidária do cariri ocidental da Paraíba, têm-se: um ponto que chamou bastante atenção no decorrer do estudo de caso, que foi a falta de um sistema informatizado, que abrigue uma base de dados, tanto física, quanto *online*, para que possa ajudar na forma de organização, quanto na transparência das suas ações perante a sociedade. Essas melhorias estão em consonância com os princípios da autogestão.

A partir dos resultados obtidos através desta pesquisa, podemos concluir, que em breve o Ecosol-Sumé, poderá se consolidar como uma política pública de sucesso, e que se permeará ao longo de décadas, e que futuramente irá abranger ainda mais ESS da região do cariri ocidental paraibano. Sendo assim, novos estudos devem exigir com a temática economia solidária e seus empreendimentos econômicos solidários para que se saiba mais resultados positivos sobre esta nova economia que pode transformar as sociedades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, P. Autogestão. In CATTANI, A. **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.
- ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**. Brasília, v. 51, n. 4, p. 5-59, out./dez. 2000.
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE AUTOGESTÃO E PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA - ANTEAG **Autogestão e Economia Solidária**: Uma metodologia participativa. 2º vol. São Paulo: Anteag, 2005.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá; SCHUCH, Flávio Camargo. **Economia popular e solidária**: a alavanca para um desenvolvimento sustentável. 1 ed. Brasil: Fundação Perseu Aramo, 2006. 112 p.
- FOURIER, François M. C. **O novo mundo industrial e societário**. In: TEIXEIRA, A. (Org.). *Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época*. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 67-96.
- FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O que é economia solidária?** Disponível em: <<https://cirandas.net/fbes/o-que-e-economia-solidaria>>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, nº 21, Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89>>. Acesso em: 18 de nov. 2018.
- GAIGER, L. I. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003.
- GAIGER, L. I. **Sentido e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Editora UFRGS, Porto Alegre, 2004, p. 17.
- GUERRA, Pablo (org.) (2007), “¿Cómo denominar a las experiencias económicas solidarias basadas en el trabajo? Diálogo entre académicos Latino americanos acerca de la polémica conceptual”, *Otra Economía*, Revista Latino Americana de Economía Social y Solidária, Disponível em: <<http://www.riless.org/otraeconomia>>.
- IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:<<https://www.ibge.gov.br>>. Acessado em novembro de 2018.
- INCUBADORA TECNOLÓGICA DE COOPERATIVAS POPULARES (org.). Universidade de São Paulo. **A gestão da autogestão na Economia Solidária**. São Paulo: ITCP-USP, 2007, p. 07/15/16/18/47. Incubadora Universitária de Empreendimentos Econômicos Solidários – IUEES/UFCG.

IPEA. **Avaliação de políticas públicas**: Guia Prático de Análise Ex Ante. 1 ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2016. 202 p.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**, Leituras cotidianas. 2005.

OWEN, Robert. **O livro do novo mundo moral**. In: TEIXEIRA, A. (Org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p.101-146.

PEREIRA, Leonardo Coelho de. **Economia Solidária**. Belo Horizonte: O Lutador, 2009.

PROUDHON, Pierre-Joseph. **O que é a propriedade?** In: TEIXEIRA, A. (Org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 233-298.

SAINT-SIMON, Henri de. **Um sonho**. In: TEIXEIRA, A. (Org.). Utópicos, heréticos e malditos: os precursores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002. p. 51-56.

SHUCH, Flavio Camargo. **Economia Popular e solidária**: a alavanca para o desenvolvimento sustentável. 1. Ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

SIES – SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES EM ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas digital da economia solidária**. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

SILVA, Christian Luiz da. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**, instrumentos e proposições de análise para o Brasil, 2012. 22 p.

SILVA, Christian Luiz da. BASSI, Nádia Solange Schimidt. **Políticas Públicas e Desenvolvimento Local**, instrumentos e proposições de análise para o Brasil, 2012. 15 p.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. 1 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu, 2002.

SOUZA, CELINA. **Políticas Públicas**: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TOMAÉL, M.; ALCARÁ, A.; DI CHIARA, I. **Das redes sociais à inovação**. Ciência da Informação, Brasília, v. 34, mar. 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink (2004), **Pensando o Brasil, a economia solidária e o desenvolvimento local**. Disponível em: <http://fmf.marista.edu.br/down/rs_ESDL.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

APÊNDICE A – CASA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E SUAS PEÇAS



Foto 1: tirada pelo pesquisador (2019).



Foto 2: tirada pelo pesquisador (2019).



Foto 3: tirada pelo pesquisador (2019).



Foto 4: tirada pelo pesquisador (2019).